



RECENSÃO

Estado de Crise, de Zygmunt Bauman e Carlo Bordoni, por Patrícia André

Análise Social, 227, LIII (2.º), 2018

ISSN ONLINE 2182-2999

EDIÇÃO E PROPRIEDADE

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Av. Professor Aníbal de Bettencourt, 9
1600-189 Lisboa Portugal — analise.social@ics.ul.pt



BAUMAN, Zygmunt, BORDONI, Carlo

Estado de Crise,

Lisboa, Relógio d'Água Editores, 2016, 196 pp.

ISBN 9789896413600

Patrícia André

Apesar de proliferarem as proclamações do fim da crise e os anúncios da retoma económica e do crescimento, a verdade é que para muitos a crise ainda paira por aí e – como diz Bauman quanto à modernidade – as notícias da sua *morte* parecem ser manifestamente exageradas. De uma ou de outra forma, ela ainda está presente no discurso público e mediático e, acima de tudo, nas ponderações e interações do quotidiano de muitos cidadãos.

Por isso, apesar de já não ser uma novidade editorial, retomar esta obra de

Bauman e Bordoni é ainda muito oportuno e, na verdade, não menos interessante (re)lê-la agora – à distância dos dias quentes do pânico económico – para nos ajudar a compreender qual é, afinal, a verdadeira natureza da crise e o lugar que realmente ocupa nas estruturas que alicerçam a sociedade contemporânea.

Desde logo, este lastro da crise nas nossas vidas reforça a plausibilidade de uma das principais teses do livro e que vai logo enunciada no título *Estado de Crise*: é que já não é *a crise*, é, antes, um *estado*

de crise. Bordoni avisa-nos mesmo, de forma radical, que “não há saída para a crise, nunca” (p. 80).

Mas já lá vamos. Antes, um breve contexto: *Estado de crise* (editado originalmente em 2014 e na tradução portuguesa em 2016) é um dos vários livros a duas vozes (Tabet, 2017), que marcaram os últimos anos da produção bibliográfica de Zygmunt Bauman – o sociólogo polaco (falecido em 2017) que foi um dos mais originais pensadores da contemporaneidade (Silva, 2017). Carlo Bordoni, sociólogo, jornalista e escritor italiano dedica-se, em especial, à sociologia dos processos culturais e é um ativo comentador dos eventos sociais, políticos e económicos no espaço público. O encontro dos dois autores em “Estado de Crise” surge na sequência de um primeiro ensaio de diálogo que Bordoni (2012) incluiu no seu livro *La società incisa*.

Neste projeto de decifração da crise, os dois sociólogos falam de muitas crises, mas desengane-se quem espere encontrar um livro exclusivamente centrado na crise económico-financeira global que se desenrolou especialmente a partir de 2007. No entanto, ainda que não tratada explicitamente, é, inevitavelmente, essa crise – a única que hoje dispensa predicados para ser reconhecida à boa maneira das implicaturas conversacionais de Grice – que surge e ressurgue de modo latente, como contexto e pretexto, ao longo deste ensaio. Bordoni assinala o facto de ser afinal “uma crise profunda de transformação social e económica com raízes no passado” e sublinha que para a “compreender e aceitar temos de voltar

às suas causas” (p. 80). E é precisamente essa a tarefa que o livro abraça: descrever e explicar a situação multifacetada de crise em que nos encontramos e da qual a crise económico-financeira não será mais do que uma expressão.

Com efeito, apesar de o próprio livro se encontrar organizado em 3 capítulos que aludem especificadamente a diferentes *objetos* de crise – crise do Estado, crise da modernidade e crise da democracia – e cada uma destas crises ser identificada e caracterizada, não parece que os autores lhes atribuam nem fronteiras rígidas, nem sequer estatutos equivalentes. Ainda que esta arrumação analítica não seja feita explicitamente, nas descrições de Bauman e Bordoni a crise do Estado e a crise da democracia são, claramente, enquadradas na crise da modernidade, já que a verdadeira metacrise (assim identificada por Bauman, p. 157) que define o *estado de crise* se refere ao desmoronamento de uma das estruturas basilares da era moderna, tal como foi identitariamente construída. Assim, talvez o *estado de crise* possa ser descrito com mais precisão, não como uma soma ou conjugação de crises, mas como uma *estrutura de variações da crise*. Esta interpretação é sugerida pela forma como os autores falam das diversas crises e as relacionam entre si, pois não é avançada nenhuma conceptualização da crise que nos permita discernir com rigor analítico de que crise falamos sempre que se utiliza a locução *crise*. No entanto, os retratos instantâneos que os autores nos oferecem, com descrições vívidas das crises que assolam a contemporaneidade social e

política e dos caminhos que levaram até elas, permitem-nos ensaiar uma leitura de articulação em que preferimos a figura da *estrutura* em detrimento da mera *constelação*. Explicando melhor, a ideia de uma grande crise com várias faces parece mais adequada às descrições dos autores do que a ideia da mera concomitância de crises – sem prejuízo daquelas faces continuarem a ser designadas como *crises*, pois apesar de serem elementos da estrutura mantêm características identitárias próprias que advêm dos sistemas particulares a que pertencem (e.g. economia, política).

A forma como, na perspectiva de Bauman e Bordoní, estas crises ou facetas se relacionam entre si, também convida a visualizá-las como estrutura de variações, pois parecem articular-se entre si de forma concêntrica, nuns casos, hierárquica, noutros, mas sempre interdependentes e incorporadas na fonte de filiação da estrutura e que, como já referimos, será a *crise da modernidade*.

De facto, os autores aludem a uma espécie de *crise geral*, cuja caracterização vai sendo afinada ao longo do livro – “a crise enfrentada pelo mundo ocidental” (p. 10), sendo dado especial destaque àquele que é entendido como um dos principais elementos da *crise do Estado moderno*: o divórcio entre *poder* (enquanto capacidade para levar as coisas a cabo) e *política* (enquanto habilidade de decidir que coisas são necessárias e devem ser feitas) (p. 34).

A separação entre poder e política é apresentada como razão essencial da ausência de capacidade executiva por

parte do Estado para implementar soluções e respostas aos problemas colocados pela crise, e esta incapacidade do Estado traduz-se, por sua vez, numa das mais distintivas características da crise, não só do Estado, mas da crise em geral: a chamada *crise de agência* do Estado moderno, que assiste à transferência do seu poder de ação para forças supraestatais situadas no chamado “espaço de fluxos”¹ (pp. 23-24).

Para Bauman e Bordoní, o processo que terá levado a esta crise de agência terá uma dupla raiz: por um lado, as opções (predicadas de neoliberais) de desregulamentação, privatização e terceirização que foram, elas próprias, deslocando, ao longo das últimas décadas, algumas funções do Estado e com elas o seu poder de ação; por outro lado, o fenómeno da globalização que concorreu para a irradiação do poder do Estado-nação.

Ambas as dinâmicas assinaladas terão contribuído para a separação entre poder e política e, assim, para a crise de agência do Estado, na medida em que foram determinantes da diluição das fronteiras que permitiu a fuga do poder para fora dos seus limites, enquanto a “política continuou territorialmente fixada e restringida” (p. 35). Este desfasamento entre as exigências das dinâmicas globais e as formas de ação política meramente locais acaba por ser traduzido, em toda a sua

1 Conceito adotado de Manuel Castells e que se refere a um novo espaço politicamente livre por contraposição ao clássico “espaço de lugares” das regiões politicamente separadas através das fronteiras dos Estados.

amplitude, na chamada *crise do modelo westfaliano*, cuja “ruidosa insuficiência” tem amplificado a crise de agência do Estado numa verdadeira *crise de soberania territorial* (p. 36).

Para além do mais, a crise de agência do Estado reconduz-se também – e na medida em que a ação económica dos Estados se encontra enfraquecida – a uma *crise do Estado Social*, na sequência da sua “incapacidade de prover serviços sociais adequados” (p. 31) e mesmo do “desmantelamento dos nossos sistemas sociais ou de previdência”, ficando posta em causa “a existência de um fiador social” (pp. 76-77).

As instituições democráticas não poderiam sair imunes deste cenário em que se vai já desenhando o atual *estado de crise*, pois a crise do Estado condiciona as suas capacidades de agir como mediador social, regulador da economia ou garante da segurança (p. 179), o que diminui fortemente as condições da sua representatividade democrática. Mas é também a fuga do poder do Estado-nação para as forças supranacionais que sustentam a atual *governança* que constitui o âmbito da *crise da democracia representativa*, na medida em que, livres da política, os novos agentes estão também livres da direção e controlo democráticos (p. 33). Além do mais, o divórcio entre os cidadãos e a política ameaça perigosamente transmutar-se numa situação de *antipolítica* favorável a populismos e nacionalismos, prelúdio de regimes tirânicos e autoritários (p. 27).

A centralidade da crise de agência do Estado e o seu carácter pivotal no *estado*

de crise parece bastante evidente e, por isso, não surpreende que Bauman afirme que “estamos a atravessar múltiplas crises, porém a mais crítica delas – com efeito, uma ‘metacrise’ que torna todas as demais quase insolúveis – é a *crise de agência*, mais precisamente, da ‘agência tal como a conhecemos’, a agência do Estado” (p. 134).

No entanto, esta afirmação deve ser lida com cautela, já que afinal o *estado de crise* vem a definir-se, para o próprio Bauman, por outra metacrise bem mais radical e que, como já foi mencionado acima, interpela o âmbito da modernidade porque se refere à crença no progresso que constituiu uma das principais promessas do programa da modernidade. Nas palavras do pensador polaco: “pode-se argumentar que o colapso da confiança no predeterminado (e por isso mesmo garantido) ‘avanço na direcção definida desejável’ (...) forma a base de todas as demais crises que afectam a nossa herança” (p. 157).

A *crise da modernidade* adquire, deste modo, uma ascendência existencial sobre as demais expressões do *estado de crise*.

Com efeito, a ideia de progresso linear, unidirecional, portador de desenvolvimento e aperfeiçoamento contínuo, inerente à história e alicerce de uma cosmovisão otimista, tal como pressagiado pelo manifesto da modernidade, parece não ter sobrevivido às sucessivas falências a que as construções modernas têm sido sujeitas. Bauman recupera as palavras de John Gray: “para os que vivem dentro de um mito, ele parece um facto autoevidente. O progresso humano

é um facto dessa ordem. (...) A espécie humana, claro, não está a marchar para lugar algum” (p. 156). Desfeito o mito do progresso, o medo toma o lugar da esperança e é esta ameaça perpétua e o desalento que acarreta que promove a substituição do império do progresso pela cultura do imediato em resposta ao colapso das certezas (p. 155).

Mas a fé no progresso não pode ser desligada do fundacional conjunto de aspirações modernas em relação às quais pode, afinal, ser entendida como instrumental: o domínio absoluto do homem sobre a natureza e a administração humana de todas as coisas humanas. É a procura da ordem em vez do caos, o desejo de debelar a contingência em troca de previsibilidade e o desejo do controlo pela razão em detrimento da submissão ao irracionalismo histórico. Estas aspirações consubstanciam a promessa moderna fundamental da *segurança*, mas são também vitais para a realização do outro valor supremo da modernidade, “a *liberdade* humana de se criar e afirmar: os seres humanos são livres de escolher o seu modo preferido de estar no mundo. Todas as formas estão à disponibilidade de todos” (p. 83) – relembra Bauman parafraseando Pico della Mirandola.

Apesar de ambos concordarem que o destino do apalavrado progresso moderno foi o desencanto e a amargura, Bauman e Bordoni exibem fundamentais divergências sobre o fado das demais aspirações modernas e, em especial, sobre o atual estatuto da modernidade.

Com efeito, Bordoni entende que as principais promessas da modernidade

fracassaram (“foram retiradas”) e que a era moderna se encontra já bem distante (o italiano vislumbra-lhe o fim “nas revoltas de estudantes e trabalhadores, na revolução cultural importada da China de Mao e na primeira frustração de uma sociedade rica de consumo”, p. 118), o mesmo se passando com o período transitório que se lhe seguiu, a chamada *pós-modernidade*, que terá emergido nos anos 70 espalhando-se por uns meros, mas fulgurosos, 30 anos. Deste modo, para Bordoni, a crise da modernidade é este *longo adeus* que vivemos desde o início do seu desmoronamento (“desencadeado pelo contraste entre as condições dos trabalhadores e da classe dominante, a burguesia”, p. 93), passando pelo desabar das suas bases (abaladas pela desmaterialização do trabalho e a globalização, p. 94) e atravessando as fronteiras da pós-modernidade que “serviu para nos transportar para um futuro ainda não nomeado” (p. 101).

“Como é que sabe que estamos a sair da modernidade? Como poderia alguém saber isso, uma vez que coisas assim – começos e fins – não são conhecíveis pelos contemporâneos, pelas pessoas que as vivem?” (p. 97) – questiona Bauman de forma cristalina para enquadrar o seu entendimento quanto ao estatuto atual da modernidade. De facto, Bauman não só contesta a saída da modernidade do ponto de vista das condições epistémicas para a sua afirmação, como assevera que “em vez de estarmos a dizer adeus à modernidade, ainda esperamos colher os frutos das suas promessas” (p. 99). Pois, “a mais

grandiosa das grandes narrativas modernas” – a sonhada administração humana dos seres humanos e da natureza – estará tão viva quanto antes (p. 100). Deste ponto de vista, terão sido as estratégias para as alcançar, e não as promessas da modernidade, a fracassar (p. 80). Poderíamos pensar que a diferença seria apenas de filigrana analítica, mas na verdade se tivermos em conta a divergência quanto ao estatuto atual da modernidade, torna-se evidente que Bauman constrói a sua leitura a partir de um “agora” que se altera, mas onde Bordoni vê ruturas radicais, o sociólogo polaco vê mudanças subtis e complexas que – aqui sim – são mais perceptíveis através de uma filigrana analítica mais cuidada. Parte desse aparato analítico, apurado para melhor perceber as transformações da modernidade, é o muito difundido conceito baumaniano de *modernidade líquida*, a que o autor recorreu para nomear as alterações da identidade moderna. A conceptualização baumaniana exprime a sua discordância da elaboração pós-moderna, pois, por um lado, (apesar de o próprio ter chegado a utilizar relutantemente o termo) “o advento daquilo a que equivocadamente se chamou de ‘pós-modernidade’ foi um evento interno dentro da história da era moderna” (p. 111), e por outro, do ponto de vista do conteúdo, concentrava-se apenas naquilo que desaparecia de cena sem curar de explorar o que entrava de novo. Por isso, Bauman “senti[u] necessidade de cunhar e utilizar um termo com o objectivo de expressar o que são essas novas realidades (...). Daí

veio a escolha da metáfora da ‘liquidez’” (p. 112). É, assim, na modernidade líquida, onde pontifica a flexibilidade e a provisoriedade, que se desenrola a crise da modernidade (sólida).

Bauman e Bordoni podem discordar quanto à conceptualização do presente estado das coisas modernas, mas – ao completar o esboço do *estado de crise* – ambos partilham da mesma visão no que respeita a um dos elementos centrais da *crise das relações interpessoais* que também constitui uma das múltiplas faces da endémica situação de crise: a síndrome consumista – um *formidável obstáculo* nas palavras de Bauman (p. 188) e a *apoteose da modernidade* para Bordoni (p. 154). Ao mesmo tempo que a sociedade de massa moderna atravessa um processo de desmassificação que acarreta um despertar da autonomia e individualidade de cada um, assistimos também à quebra de vínculos sociais tradicionais, ao alarme da solidão e à multiplicação de relações sem compromissos baseadas apenas na gratificação que delas se extrai (conceito de “relações puras” cunhado por Giddens, p. 190). É a transposição para as relações humanas do modelo das relações consumidor-produto e dos ciclos de desejo, coisas e gratificação que se tornam num fator de adiaforização ou anestesia moral. De forma singular, com uma qualidade quase ficcional, quase literária, capaz de apreender a intimidade do comportamento individual e os não-ditos das dinâmicas coletivas, Bauman traduz a crise em crise das pessoas, dos sujeitos, dos indivíduos uns com os outros. E é por isso que adverte que não

podemos olhar apenas para as facetas mais mediáticas do *estado de crise*: “não são só a política e a sobrevivência da comunidade que se encontram ameaçadas. A nossa intimidade interpessoal, e a satisfação e a realização que obtemos dela, também estão em perigo quando confrontadas com a pressão combinada de uma visão consumista do mundo e do ideal das ‘relações puras’” (p. 194). Na verdade, o perigo da dissipação para dentro do mito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BORDONI, C. (2012), *La società insicura. Convivere con la paura nel mondo liquido*, Roma, Aliberti.
- SILVA, F.C. da (2017), *Obituary* “Remembering Zygmunt Bauman (1925-2017). *Análise Social*, 222, LII (1.º), pp. 221-227.
- TABET, S. (2017), “Bibliographie exhaustive anglophone et francophone de Zygmunt Bauman”. *Socio*, 8. Disponível em <http://journals.openedition.org/socio/2706> [consultado em 10-4-2018].
-
- ANDRÉ, P. (2018), *Recensão “Estado de Crise*, Lisboa, Relógio d’Água Editores, 2016”. *Análise Social*, 227, LIII (2.º), pp. 511-517.
-
- Patrícia André » patricia.andre@cedis.fd.unl.pt » DINÂMIA’CET, ISCTE-IUL e CEDIS – Centro de Investigação e Desenvolvimento sobre Direito e Sociedade, Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa » Campus de Campolide — 1099-032 Lisboa, Portugal.
-